



Helena Isabel Hopffer dos Santos Semedo

Perceções e Crenças sobre a Parentalidade em Contexto de Migração: um estudo com pais Cabo-verdianos em Portugal

Trabalho realizado sob orientação da

Professora Doutora Carla Antunes

E sob coorientação da

Professora Doutora Célia Ferreira

Porto, dezembro, 2019



Helena Isabel Hopffer dos Santos Semedo

Perceções e Crenças sobre a Parentalidade em Contexto de Migração: um estudo com pais Cabo-verdianos em Portugal

Dissertação de Mestrado

Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 11/12/2019, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^a Doutora Ana Rita Conde Dias (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Arguente: Prof^a Doutora Andreia de Paiva Ribeiro de Moura (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Orientador: Prof^a Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto)

Porto, dezembro, 2019

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Gostaria de dedicar os meus mais sinceros e profundos agradecimentos:

Agradeço a Deus e a minha família, em especial aos meus pais, por me proporcionarem toda a formação e educação e pelo amor e apoio incondicional. Agradeço ao meu namorado e às minhas amigas por não me deixarem desistir e por todo o incentivo nesta trajetória.

Agradeço à Doutora Carla Antunes e Doutora Célia Ferreira, pela orientação prestada na realização deste trabalho assim como pela receptividade e disponibilidade ao longo do período que me orientaram. Agradeço a todos os docentes com que tive o prazer de me cruzar, que marcaram o meu percurso académico, pelos conhecimentos que me transmitiram nestes últimos anos. Enfim, agradecimento imenso a todos, que de uma forma ou de outra, permitiram que este trabalho se realizasse.

Resumo

Universalmente, um dos objetivos dos pais consiste na promoção do bem-estar e desenvolvimento pleno da criança, essencialmente no exercício da parentalidade. Com o presente estudo pretende-se explorar as perceções e crenças dos Cabo-verdianos imigrantes em Portugal, sobre a parentalidade, sobre o desenvolvimento das crianças/jovens e sobre o papel do sistema de apoio no ajustamento individual e familiar. Neste estudo participaram 14 pais imigrantes de ambos os sexos, com a idade compreendida entre 20 e 45 anos ($M = 30.1$ anos, $DP = 4.95$). O estudo é de carácter qualitativo e realizado através de uma entrevista semiestruturada, seguido de uma análise temática. De acordo com os resultados obtidos, os pais Cabo-verdianos imigrantes em Portugal consideram a parentalidade crucial para um desenvolvimento saudável de uma criança. Salientam, no entanto, que o exercício parental em contexto de migração é particularmente desafiante na medida em que o processo de adaptação e integração no país de acolhimento poderá constituir-se como um fator determinante na qualidade da parentalidade.

Palavras-chaves: Parentalidade, Imigração, Cabo-verdianos, Crenças parentais

Abstract

Universally, one of the objectives of parents is to promote the well-being and full development of the child, mainly in the exercise of parenting. With the present study, we intend to explore the perceptions and beliefs of immigrant Cape Verdeans in Portugal, about parenting, on the development of children/young people and on the role of the support system in individual and family adjustment. The study included 14 immigrant parents of both sexes, aged between 20 and 45 years ($M = 30.1$ years, $SD = 4.95$). The study will be qualitative and conducted through a semi-structured interview, followed by a thematic analysis. According to the results obtained, Cape Verdean immigrant parents in Portugal consider parenting to be crucial for the healthy development of a child. They stress, however, that parental exercise in the context of migration is particularly challenging as the process of adaptation and integration in the host country may be a determining factor in the quality of parenting.

Keywords: Parenting, Immigration, Cape-Verdeans, Parental Beliefs

Índice

1. Parentalidade: Conceitos e modelos explicativos	6
2. Crenças sociais face à parentalidade	12
3. A experiência de migração da comunidade Cabo-Verdiana em Portugal.....	14
Metodologia.....	16
Participantes	16
Instrumentos	18
Procedimentos de recolha	18
Análise de dados	19
Resultados	20
Fatores explicativos da parentalidade	21
<i>Histórico de vida e personalidade dos pais.....</i>	<i>21</i>
<i>Fatores ambientais</i>	<i>22</i>
<i>Características da criança</i>	<i>22</i>
<i>Fatores socioeconómicos</i>	<i>23</i>
<i>Relação conjugal</i>	<i>23</i>
<i>Caraterísticas dos pais.....</i>	<i>23</i>
<i>Função dos pais.....</i>	<i>24</i>
Parentalidade em contexto de migração	25
<i>Determinantes da parentalidade</i>	<i>25</i>
<i>Caraterísticas dos pais migrantes</i>	<i>27</i>
<i>Desenvolvimento saudável de uma criança.....</i>	<i>28</i>
<i>Sistema de apoio a parentalidade no contexto de migração</i>	<i>29</i>
Discussão	31
Referências Bibliográficas	36
Anexos	41
Anexo B	41
Anexo B	45

1. Parentalidade: Conceitos e modelos explicativos

A família é considerada o pilar básico na vida de um indivíduo, é responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social, e ainda pela tarefa da transmissão da cultura, consolidando-a na personalidade (Ponciano & Feres-Carneiro, 2003).

Segundo Cruz (2005) a parentalidade são ações realizadas pelos pais junto dos seus filhos para promover o seu desenvolvimento saudável, com base nos recursos disponíveis na família e na sociedade (Cruz, 2014; Pratas, Eiras, Ribeiro, & Cordeiro, 2017).

De acordo com Cruz (2014) as funções parentais vão de encontro com a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência; satisfação das necessidades de compreensão cognitivas das realidades extrafamiliares; satisfação das necessidades (e.g., confiança, segurança); satisfação das necessidades de interação social e de integração na comunidade; organização e previsão do mundo físico, com espaços e objetos, contribuindo para o desenvolvimento da criança. Hart (1990) salienta que, das várias funções desempenhadas pela família se destacam a criação e a educação dos filhos (Martins, 2016). Já para Gimeno (2001), as funções dentro da família variam conforme a personalidade, as exigências e as necessidades de cada indivíduo (idem).

O modelo interativo de Hoghughi (2004), assenta em três principais dimensões, composta pelas atividades parentais, as áreas funcionais e os pré-requisitos. Segundo Hoghughi (2004), as atividades parentais dividem-se em três áreas (cuidado, controlo e disciplina e desenvolvimento), as áreas funcionais separam-se em duas vertentes (saúde e necessidades), por último os pré-requisitos encontram-se distribuídos em cinco zonas (conhecimento e compreensão, motivação, recursos e oportunidades).

As atividades parentais pretendem assegurar a prevenção das dificuldades que possam fazer sofrer a criança e promover situações positivas que a ajudem ao longo da sua vida. Demandam cuidados a nível físico (e.g., alimentos, higiene), emocional (comportamentos e atitudes que garantem o respeito pela criança) e social (prevenir o isolamento da criança). Tratando-se da dimensão controlo e disciplina, as atividades parentais remetem-se a imposição de limites à criança, consideradas culturalmente apropriada à sua idade, com maior ênfase no controlo comportamental. Quanto às atividades de desenvolvimento, estas são orientadas pelos desejos parentais de que a criança realize todo o seu potencial em todas as áreas de funcionamento.

Relativamente às áreas funcionais, estas apontam para os aspetos do funcionamento da criança que requerem atenção parental (e.g., saúde física e mental, comportamento social e o funcionamento educativo e intelectual da criança). Como refere Hoghughi (2004), a funcionalidade física trata-se do estado de saúde físico da criança, as necessidades de sobrevivência e a otimização do seu bem-estar. O comportamento social, é destacado o esforço que os pais devem dispor, no intuito de facilitar o desenvolvimento social infantil, destacando a aquisição de competências de resposta apropriada nos relacionamentos sociais e o reconhecimento e a internalização das normas culturais e legais do comportamento das pessoas. No que respeita à saúde mental, esta é constituída por pensamentos, sentimentos e comportamentos manifestada pela criança, em relação a si própria e aos outros.

Nos pré-requisitos, relativamente ao conhecimento e compreensão, estas prendem-se com as competências parentais para reconhecer as necessidades dos seus filhos ao longo da vida, desde a deteção do surgimento de um problema na criança até ao aconselhamento ou encorajamento positivo. A motivação diz respeito aos desejos e compromissos dos pais em desempenhar os esforços necessários para manter e melhorar as condições de socialização da criança. A motivação para a parentalidade relacionam-se, com questões ligadas aos papéis

sociais e à identidade de cada um dos progenitores (e.g., equilíbrio entre desejos pessoais e papel parental), exigências profissionais e aceitação da responsabilidade e correspondente autoridade em relação à criança (idem).

Relativamente aos recursos, as características parentais distinguem-se na interação da criança com os pais, nas habilidades parentais que podem ser melhoradas através de programas específicos da parentalidade, o suporte social (e.g., família alargada, amigos, vizinhos) e os recursos ao nível económico e social (e.g., promoção do bem-estar e assegurar as necessidades básicas da criança).

Às oportunidades, Hoghughi (2004) salienta alguns condicionantes que podem influenciar a parentalidade, como o tempo disponível para os pais exercerem as suas atividades parentais, nas quais dependem da necessidade contemporânea de envolvimento profissional deles. Segundo Barroso e Machado (2010), existem múltiplos determinantes do comportamento dos pais que influenciam as suas personalidades e estado psicopatológico, afetando o processo de parentalidade. Belsky e Jafee (2006), através de um modelo teórico, destacam três determinantes que parecem influenciar as práticas parentais: fatores individuais dos pais (e.g., personalidade e psicopatologia), características individuais da criança (e.g., temperamento) e fatores do contexto social alargado onde a relação pais-criança se encontra estabelecida.

Para Belsky e Jafee (2006), a personalidade dos pais é considerada um determinante crucial, uma vez que afeta o comportamento dos pais (e.g., sentem, pensam e agem). A personalidade influencia direta e indiretamente a relação conjugal, o funcionamento das redes sociais e as experiências ocupacionais e consequentemente o exercício da parentalidade. O modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade, enfatiza as seguintes dimensões: Extroversão (impulsividade, afeto positivo); Amabilidade (sociabilidade e amabilidade); Conscienciosidade (restrição); Neuroticismo (estabilidade emocional); Abertura (autonomia,

curiosidade e imaginação) (Natividade & Hutz, 2015). De acordo com Belsky & Jaffee (2006) pais com baixos traços de neuroticismo, índices elevados de extroversão e amabilidade, abertura à experiência e conscienciosidade, tendem a disponibilizar maior suporte, responsividade e estimulação intelectual aos filhos. Já as figuras parentais com elevados níveis de extroversão e abertura à experiência, tendem a demonstrar um estilo autoritativo, sendo capazes tanto de dar suporte aos filhos quanto de colocar limites necessários. Os pais com baixos níveis em abertura à experiência e em extroversão, podem apresentar dificuldade em serem carinhosos, em demonstrar afeto e suporte emocional, transparecendo assim o estilo parental autoritário (Belsky & Jaffee 2006; Silva & Vieira 2018).

Ainda que não seja um fator determinante, os padrões familiares também podem influenciar a parentalidade. De acordo com Conger, Belsky e Capaldi (2009) independente do método utilizado, há uma conexão entre a parentalidade em diferentes gerações. De acordo com estudos realizados por Vitali (2004) nos Estados Unidos e no Brasil, a continuidade no uso de comportamentos agressivos (e.g., críticas, agressão física), assim como de práticas disciplinares consideradas inconsistentes ou negligentes (Marin *et al.*, 2013).

Relativamente às características das crianças, alguns estudos indicam que um temperamento difícil por parte dos filhos (e.g., maior irritabilidade) tende a provocar nos pais um comportamento menos responsivo, com maior hostilidade e, com menor sensibilidade às necessidades da criança (Huh, Tristan, Wade, & Stice, 2006 como citado por Barroso & Machado, 2010). Em contrapartida Belsky (1984) salienta que não são só as características da criança, que influenciam a parentalidade, mas sim a compatibilidade entre as características da criança e dos pais (Barroso & Machado, 2015). Bell (1979) propõe que esta relação é bidirecional, sendo que os comportamentos parentais são permeáveis aos resultados desenvolvimentais das crianças e mudam em função deles (*idem*). Segundo Belsky (1984) as características dos pais, assim como as características individuais da criança, determinam a

parentalidade, num contexto específico de socialização. Portanto a parentalidade deve ser abordada quer sob a perspectiva da influência dos pais sobre os filhos, quer sob a perspectiva das influências mútuas através das quais pais e filhos se influenciam entre si, tendo em conta o contexto social onde a família está inserida.

O contexto social das famílias influencia parte do carácter e da qualidade da parentalidade (Garbarino 2002; Hoghughi 2004; Lau, 2010; Teixeira, 2014). Ao nível dos fatores socio-contextuais, Belsky e Jafee (2006), referem que a ocupação profissional, a rede de suporte social e as características estruturais da vizinhança e comunidade em que a família está introduzido determinam certos comportamentos na atividade parental.

Kotchick e Forehand (2002), numa apreciação crítica ao modelo inicial de Belsky (1984), alargaram o modelo ecológico da parentalidade, reforçando igualmente a existência de múltiplos fatores que influenciam as práticas parentais, mas destacam o contexto social como fator crucial. Enfatizando os efeitos do contexto social sob a parentalidade, em particular os resultados da etnicidade e da cultura, do estatuto socioeconómico e do ambiente comunitário e de vizinhança (Teixeira, 2014).

O modelo Transacional de Sameroff e Chandler (1975) destaca a família, como constituinte essencial do ambiente de crescimento que influencia e é igualmente influenciada pela criança. O desenvolvimento da criança é considerado, produto das interações contínuas e dinâmicas da criança e da sua experiência de vida. Deste modo, o modelo Transacional salienta diferentes processos regulatórios: a) as microrregulações, que incluem interações face a face, entre a criança e seus cuidadores principais; b) as minirregulações, que ocorrem no contexto proximal familiar; c) as macrorregulações, que envolvem mudanças relevantes na experiência, com características mais duradouras, com forte determinação de fatores socioculturais. O modelo frisa igual ênfase posta nos efeitos da criança e do ambiente, de tal forma que as

experiências proporcionadas pelo ambiente não são consideradas como independentes da criança (Ferro, 2012).

O modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), também destaca o contexto social como principal determinante do desenvolvimento humano. Salientando os seguintes parâmetros contextuais: o microssistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. O microssistema, é considerado pelo Bronfenbrenner (1979), o contexto primordial e salientado como o contexto de maior proximidade e mais importante no desenvolvimento (e.g., meio imediato: família). O mesossistema é constituído pelas interações entre os microssistemas. Está relacionada às relações estabelecidas entre os cenários em que a família está inserida, influenciando então o desenvolvimento do mesmo. O exossistema (e.g., local de trabalho), que apesar de não envolverem o indivíduo como participante ativo, influenciam o mesmo de forma indireta através do seu impacto sobre outros contextos. O macrosistema constitui o sistema mais alargado (e.g., determinantes culturais, o sistema de crenças) que se apresentam como fatores básicos dados o impacto destes sobre a família, e a execução da parentalidade.

Ainda como determinantes da parentalidade, de acordo com Dearing (2008), o fator socioeconómico das famílias pode influenciar a experiência de parentalidade. A situação de pobreza gera *stress* aos pais, refletindo negativamente na relação pais-filhos, aumentando a probabilidade de ocorrência de práticas parentais abusivas (Cyr, Euser, Bakermans-Kranenburg, & Ijzendoorn, 2010). Em concordância com a tipologia de Baumrind, os pais de classe social mais elevada tendem a ser mais autoritários ou permissivos (Brás, 2008), enquanto pais de classe social mais baixa são qualificados como mais autoritários, menos caloroso, recetivos e menos disponíveis emocionalmente (McLoyd, 1990 como citado por Teixeira, 2014). Em contrapartida Magnuson & Duncan (2002) afirmam que tanto os pais de baixa classe social e os pais de classe média tendem a ser igualmente calorosos e estimulantes.

Contudo, os pais de classe social baixa, tendem a ser menos responsivos às necessidades das crianças (idem).

Segundo Custódio e Cruz (2008), os pais com baixa escolaridade também aparentam ser menos sensíveis às necessidades das crianças, atuando de forma coerciva e explicando pouco à criança as razões da sua atuação. Tendem a reforçar nas crianças a conformidade perante a autoridade e as exigências externas de comportamento (Flash, Lobo & Potter, 2011).

De acordo com a análise de Cruz e Hoff (2002), estes representam as figuras parentais que mais empregam a punição física. De encontro com Bem e Wagner (2006), pais que possuem maior grau de escolaridade tendem a inculcar, nos seus filhos valores de autodireção (Almeida, 2015).

A literatura considera ainda a utilização de formas verbais e físicas críticas e de punição física na tentativa de controlo dos filhos podem estar presentes em casais que experienciam situações de hostilidade e de interações conflituosas. Segundo Hetherington (1979), Holden e Ritchie (1991), a negatividade da agressão conjugal poderá influenciar a parentalidade, pois os pais que são agressivos um com o outro tendem a ser inconsistentes, indiferentes e monitores ineficazes das atividades dos seus filhos, criando um ambiente incerto e não-estruturado para a criança (Pinheiro, 2015).

2. Crenças sociais face à parentalidade

As atitudes e crenças dos pais relativamente ao seu papel na família, mais especificamente, da educação e do desenvolvimento da criança têm sido objeto de interesse nos últimos anos por parte dos investigadores na área da parentalidade (Lamb, 2010 como citado por Monteiro, Torres, Veríssimo, Costa & Freitas, 2015). Segundo Dretske (1983) e Goodnow e Collins (1990) as crenças parentais são recursos utilizados pelos pais para gerar conceitos

sobre inúmeros aspetos da vida infantil. Consoante Keller (2002) os pais se estimam a si mesmos como sendo “bons” ou “maus” pais, dependendo das suas crenças (Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006).

Os comportamentos parentais e as crenças praticadas, para além de se modificarem ao longo do tempo, também podem ser moldados pela cultura em que estão inseridos (Dessen, 2005 como citado por Kobarg, Sachetti, & Vieira 2006), afetando assim os cuidados destinados à criança.

Logo, a construção de crenças implica um indivíduo ativo, inserido numa cultura que, partilha as crenças do grupo e as reconstrói por meio de seus mecanismos psicológicos, produzindo, assim, um sistema de crenças subjetivo e único. O entendimento dos pais relativamente a natureza da criança, ao seu desenvolvimento e o significado de um comportamento é compartilhada pelos membros de um grupo cultural, e também reconstruída na mente dos membros de um grupo, ou seja, a percepção é formada assente nas interpretações que os pais dão à realidade onde estão inseridos (Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006). As crenças parentais (incluindo costumes étnicos, situações familiares e comunitárias), estão na base da organização do cuidado que o adulto atribui à criança (idem).

Na perspetiva ecológico-cultural de Ogbu (1995), a cultura afeta o comportamento parental determinando as competências parentais e da criança que são consideradas necessárias para a sobrevivência e sucesso (Barroso & Machado, 2010). Para Ogbu (1981), as práticas parentais podem ser determinadas pelas teorias implícitas sobre as práticas educativas parentais a adotar, para atingir com sucesso os comportamentos infantis culturalmente valorizados, ou determinadas de acordo com a disponibilidade dos recursos ambientais que auxiliam no desenvolvimento das competências culturalmente valorizadas.

De acordo com Santos e Moreira (2012), as crenças funcionam como fundamento para a tomada de decisão e para o modelo comportamental adotado pelos pais. Os pais que adotam

crenças e expectativas mais positivas em relação ao comportamento e ao potencial dos filhos, tendem a adotar comportamentos que sejam encorajadores e que expressem confiança, gerando maior apoio e incentivo para as crianças. Assim, é possível dizer que existe uma rede de ligação entre as crenças e as práticas parentais (Martinelli, & Matsuoka, 2018).

3. A experiência de migração da comunidade Cabo-Verdiana em Portugal

Milhões de pessoas em todo o mundo cruzam fronteiras à procura de melhores condições de vida, maiores rendimentos, melhor acesso à educação e saúde, e melhores perspectivas de futuro para os seus filhos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009 como citado por Bäckström & Castro-Pereira, 2012).

Desde a década de 60, a emigração Cabo-verdiana passa a ter o continente europeu como destino principal, devido a escassez de mão-de obra na Europa pós-guerra (Herbert, 2012). Os novos imigrantes têm níveis de escolaridade mais elevados do que os antigos, possibilitando, maior integração no mercado de trabalho e maior capacidade de reclamar (Veiga, 2012). Mas apesar disto, atualmente a situação dos imigrantes Cabo-verdianos complicou-se ao nível social e do emprego devido à crise económica do país. No entanto, a imigração Cabo-verdiana para Portugal não é exclusivamente laboral, mas também estudantil, devido aos acordos no domínio da Educação e Formação, quer a nível técnico-profissional, quer a nível superior. Portugal recebe ainda, muitos doentes provenientes de Cabo Verde, devido à cooperação dos dois países no domínio da saúde. Ainda, o que facilita a vida dos Cabo-verdianos em Portugal é a solidariedade comunitária/familiar e as associações comunitárias que os apoiam na satisfação de grande parte das suas necessidades, desde as

dificuldades económicas ao acesso a documentação, acesso a abonos e subsídios do sistema apoio de social (e.g., nível individual e familiar) (Lopes 2012).

Embora os intercâmbios das pessoas entre os diferentes países, com diferentes crenças, costumes e ideologias, podem ser promotores de inovação, também podem desencadear situações desfavoráveis. No país de acolhimento os migrantes confrontam-se com as diferenças culturais que podem conduzir ao isolamento social e que, conjuntamente com outros fatores, implica uma situação de precariedade e vulnerabilidade, podendo originar processos de solidão. Esta aproximação multicultural pode desencadear dificuldades de integração na cultura já existente, visto que um determinado pressuposto poderá ser bem aceite por uma determinada comunidade e, não ser entendido por outra (Monsma, 2007 como citado por Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006).

De acordo com Malheiros e Esteves (2013), as populações migrantes em Portugal enfrentam algumas dificuldades na adaptação ao país, nomeadamente a nível de interação, principalmente aos serviços no quadro dos processos de obtenção e regulação de documentos. Considerando-os muito burocráticos, acrescentado ainda a burocracia dos serviços e integração no mercado de trabalho. Os imigrantes apresentam, níveis insatisfatórios relacionados com as equivalências escolares e equivalências profissionais, dificultando ainda mais a integração em Portugal. Os domínios da língua, saúde e relações interpessoais, são os que suscitam menos problemas relativamente à integração. Mas no geral, os analisados consideraram a integração em Portugal “nada difícil”, no qual os indivíduos provenientes do Brasil, Cabo Verde e Angola, são aqueles que apresentam melhor capacidades de integração (idem).

De acordo com Teixeira (2014) existem questões universais relacionadas com a parentalidade, tais como os objetivos dos pais de promover o bem-estar dos filhos (e.g., desenvolvimento e sobrevivência, cuidados ao nível social, emocional e físico) (Barroso & Machado, 2015). Contudo, Galvão (2014) indica que as mães Africanas, ainda que no contexto

de migração, tendem a valorizar os modelos tradicionais de educação da cultura de origem e salientam um conjunto de diferenças na cultura de acolhimento, às quais procuram ajustar as suas práticas (Teixeira, 2014).

Ainda que se reconheça a relevância das crenças parentais no exercício da parentalidade os estudos são escassos. Considera-se que uma abordagem de investigação qualitativa poderá constituir-se uma mais valia no estudo deste fenómeno devido a necessidade de compreender melhor as crenças e atitudes dos próprios pais e o impacto da etiquetagem e expectativas no ajustamento destas famílias. Neste sentido, o presente estudo visa explorar as percepções e crenças de pais e mães Cabo-Verdianos, imigrantes em Portugal, relativamente à parentalidade. Pretendeu-se explorar as percepções relativamente à parentalidade, o desenvolvimento das crianças/jovens e o papel do sistema de apoio no ajustamento individual e familiar.

Metodologia

Participantes

Este estudo envolveu 14 participantes, oito do sexo masculino (50%) e oito do sexo feminino (50%), com idades compreendidas entre os 20 e 45 anos ($M = 30.1$; $DP = 4.95$). Os participantes foram seleccionados consoante os seguintes critérios de inclusão: a) residir em Portugal há pelo menos dois anos; b) ter filhos; c) ter nacionalidade Cabo-verdiana, descendência, ou dupla nacionalidade. Em termos de caracterização, seis têm nacionalidade Cabo-verdiana e oito têm dupla nacionalidade (Cabo-verdiana e Portuguesa), sendo que todos nasceram em Cabo Verde. Relativamente ao tempo de residência em Portugal, o mínimo de cinco anos, e o máximo de 20 anos ($M = 11.29$; $DP = 4.51$). Relativamente a condição profissional atual, a maioria dos participantes afirmam estar empregados. De seguida, apresenta-se de forma mais detalhada os dados sociodemográficos dos participantes.

Tabela A. *Dados Sociodemográficos dos Participantes*

Dados	Participantes	
	Frequência	Porcentagem
Residência		
Aveiro	3	21.4
Braga	2	14.3
Lisboa	3	21.4
Porto	6	42.9
Estado civil		
Solteiro/a	12	86
Casado/a	2	14
Número de filhos		
1	12	86
2	2	14
Idade dos Filhos (M = 4.8; DP = 3)		
Mínimo	1	
Máximo	16	
Nível de escolaridade		
Ensino secundário	4	29
Licenciatura	7	50
Mestrado	2	14
Doutoramento	1	7
Serviços de Apoio		
Segurança social	14	100
SEF	14	100
CNAIM	14	100
Instituições não-governamentais,	6	42.9

Instrumentos

Para a realização do estudo foi utilizado um questionário sociodemográfico que recolhia dados sobre os participantes, designadamente a idade, sexo, nacionalidade, região de residência, naturalidade, estado civil, número e idade dos filhos, tempo de residência em Portugal, ultimo grau académico concluído, condição escolar/profissional atual, caso seja trabalhador estudante citar o ciclo/curso a frequentar atualmente, e as funções profissionais para aqueles que se encontram a trabalhar (anexo A). Recorreu-se, ainda a um guião de entrevista semiestruturada (anexo B) que foi desenvolvido especificamente para o presente estudo, com base nos objetivos de investigação que procurou explorar as seguintes dimensões: parentalidade em contexto de migração (e.g. “O que mais influencia a parentalidade em contexto de migração?”); desenvolvimento das crianças/jovens (e.g. “Como descreveria um desenvolvimento saudável de uma criança/jovem?”); papel do sistema e o papel do sistema de apoio no ajustamento individual e familiar (e.g. “O que pensa sobre a forma como as diferentes entidades em Portugal acolhem e apoiam os migrantes?”).

Procedimentos de recolha

Os participantes foram contactados pelo telefone, a qual utilizou-se a técnica bola de neve. Esta técnica se dá quando os participantes selecionados para o estudo, convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos, fazendo com que outros participantes se sentem mais à vontade para participarem. Foi assegurado a diversidade dos contatos através da seleção adequada dos indivíduos iniciais, não se limitando apenas a contatos próximos. Primeiramente foi explicado do que se tratava o estudo e solicitado a participação no mesmo. As entrevistas foram realizadas em formato presencial e individual, após cada participante ter lido e assinado um consentimento informado, que garantia o anonimato dos participantes,

aceitando assim que a entrevista fosse gravada em áudio e transcrita posteriormente. A transcrição realizada privilegiou o discurso verbal, omitindo assim os elementos idiossincráticos do discurso (e.g., vocalizações involuntárias, linguagem não-verbal), apresentando-se, como uma transcrição mais seletiva.

Foi pedido a cada participante que relatasse a sua percepção sobre a parentalidade, abordando todos os assuntos do guião. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para o suporte informático, para posterior análise.

Análise de dados

Para proceder a análise dos dados, foi utilizada análise temática por ser flexível e se adequar a diversos tipos de dados qualitativos. É um método interpretativo de análise, que consiste na identificação, análise e descrição de temas. A análise temática foi seguida tal como foi indicada por Braun e Clarke (2006), adaptando-se a abordagem semântica ao procedimento de codificação. Durante a codificação das entrevistas, adotou-se uma abordagem inclusiva, incluindo-se alguns conteúdos em mais do que uma categoria.

Para a realização da análise temática foram realizados os seguintes passos: familiarização com os dados, na qual se efetuou a leitura dos dados e anotações de ideias relevantes. De seguida, foram geradas codificações iniciais com base nos elementos considerados importantes, organizando os dados em grupos significativos. Posteriormente foram identificados temas e subtemas que suportam estes códigos, através da análise dos temas e da relação entre os mesmos, obtendo assim um mapa dos temas. A posteriori foram revistos os temas, e foi analisado se os extratos codificados relacionam com os temas em vigor para melhor análise. E por último os temas foram definidos e nomeados. Para o tratamento dos dados, recorreu-se ao software NVivo 10 (QSR) para o processo de organização, codificação e interpretação dos dados.

Resultados

A partir da análise realizada, os conteúdos enquadram-se nos seguintes temas gerais: parentalidade em contexto de migração, os fatores explicativos da parentalidade, o sistema de apoio à população migrante, as características dos pais, desenvolvimento saudável de uma criança e por último, a função dos pais. Seguidamente, procede-se à descrição detalhada de cada um dos temas, por ordem decrescente, desde o tema mais saliente até ao menos abordado.

Tabela 2. *Temas e Subtemas Relatados pelos Participantes*

Temas	Participantes	
	Frequências	Referências
Parentalidade em Contexto de Migração	14	229
Sistema de Apoio à Parentalidade	14	61
Aspetos Positivos	13	23
Dificuldades	14	21
Sugestões de Melhorias	14	17
Determinantes da Parentalidade em Contexto de Migração	14	55
Adaptação e Apoio no País de Acolhimento	10	16
Qualidade da Relação Pais-filhos, Tempo Disponível dos Pais	8	12
Escola, Creche e Trabalho	7	9
Condições Financeira dos Pais	6	7
Cultura do País de Origem/ Acolhimento	6	6
Ambiente Social e Familiar	3	6
Características dos Pais Migrantes	14	43
Características Existentes	14	25
Características que não possuem	12	18
Função dos Pais Migrantes	14	27
Características das Crianças Filho de Pais Migrantes	13	25
Dificuldades dos Pais Migrantes	13	17
Fatores Explicativos da Parentalidade	14	79
Fatores Ambientais	14	25

Ambiente Familiar/Bairro	14	21
Escola, Creche e Trabalho	3	3
Histórico de Vida e Características dos Pais	14	25
Características da Criança	14	14
Fator Socioeconómico	8	10
Qualidade da Relação Pai/Mãe	5	5
Sistema de apoio à população migrante	14	61
Dificuldades	14	30
Aspetos Positivos	12	17
Sugestões de Melhorias	13	13
Caraterísticas dos pais	14	44
Características Existentes	14	29
Características Inexistentes	14	15
Desenvolvimento saudável de uma criança	14	41
Determinantes de um Desenvolvimento Saudável	14	28
Caraterísticas de uma Criança Saudável	13	13
Função dos pais	14	32
Pai	14	17
Mãe	14	15

Fatores explicativos da parentalidade

Relativamente à parentalidade, os participantes salientam como fatores explicativos da parentalidade a história de vida e personalidade dos pais (14 participantes; 25 referências), os fatores ambientais (14; 25), como ambiente familiar/bairro onde a família se encontra inserida (14; 21) e escola, creche e trabalho (3; 3). Acrescentam ainda as caraterísticas da criança (14; 14), o fator socioeconómico (8; 10), e a qualidade de relação mãe e pai (5; 5).

Histórico de vida e personalidade dos pais

Relativamente à história de vida e personalidade dos pais, todos os participantes mencionaram o componente intergeracional, integrando no seu discurso a tendência dos pais em transmitir a

educação que receberam enquanto crianças. Relataram ainda as características dos pais como dimensões emocionais e competências (i.e., estratégias de *coping*) que influenciam os comportamentos parentais, nomeadamente na forma como estes relacionam com os filhos (i. e. *P10: Se a pessoa tem um historial de violência na família, isso pode influenciar embora não seja uma regra. Dependendo da forma dos mecanismos de coping da pessoa, se a pessoa souber lidar com as questões de diferença na família muito provavelmente isto irá ter uma implicação residual*).

Fatores ambientais

Tratando-se dos fatores ambientais, todos os participantes fizeram referência ao ambiente familiar/bairro onde a família se encontra inserida, relatando que o contexto social pode determinar a qualidade da parentalidade, mais especificamente as práticas e os estilos parentais utilizados pelos pais na educação dos filhos (i.e. *P5: Ambientes hostis, com elevada criminalidade podem fazer com que a parentalidade se torne mais rígida como método de impedir que os filhos sigam o mesmo caminho. Ambientes favoráveis a parentalidade podem tornar a parentalidade um processo mais fácil e “relaxado”*). A maioria dos participantes destacam, ainda, o contexto escolar (N = 8), salientando a importância da comunicação bidirecional entre a escola e os pais, como um meio de alcançar melhor interação e o envolvimento com os filhos (i.e. *P10: o contexto escolar, em que deve haver uma boa integração quer da família quer da criança na escola, e por parte dos profissionais e colegas da escola. Quer a família quer a escola devem participar na educação da criança*).

Características da criança

Relativamente às características das crianças, a maioria dos participantes relataram que este fator influencia diretamente a parentalidade, uma vez que a personalidade e o comportamento

dos filhos podem definir as práticas parentais a serem adotadas pelos pais, para uma melhor estratégia na educação da criança (i.e., P9: *Irá influenciar relativamente às técnicas que os pais devem utilizar para educar a criança*).

Fatores socioeconómicos

Ainda sobre os fatores explicativos da parentalidade, a maioria dos participantes relataram que este fator influencia diretamente na qualidade dos cuidados básicos a ter com a criança (N = 8), a qualidade de educação e da saúde (N = 6) (i. e. P11: *bem ou mal não é por ser mais pobre ou rico que educo o um filho pior ou melhor, mas uma pessoa pobre que muitas vezes não tem como alimentar um filho fica difícil. Não tem como comprar os materiais escolares, a criança muitas vezes vai à escola com fome, são coisas que acabam por influenciar no processo de aprendizagem da criança. Não tem como levá-la ao médico e acaba negligenciando a parentalidade, e por mais que os pais tentam dar um bom desenvolvimento a criança o fator económico condicionará este desenvolvimento*).

Relação conjugal

Ainda que de forma menos expressiva, estes participantes mencionam a qualidade da relação mãe/pai, uma vez que este fator poderá influenciar diretamente a qualidade de vida do casal, (N = 5), o estado emocional dos pais (N = 3), e consecutivamente a parentalidade (i.e. P1: *Também acho importante a qualidade do relacionamento entre os pais, porque muitas vezes os filhos não são planeados e isso poderá abalar a relação dos dois e conseqüentemente influenciar na relação com os filhos*).

Caraterísticas dos pais

Relativamente às características de um bom pai/mãe, a maioria dos participantes identificaram como bons pais, aqueles que têm consciência das responsabilidades e funções

como pai/mãe, tratando-se dos cuidados básicos em gerais para com a criança (N = 14).

Aqueles que sabem transmitir segurança, afetividade, educação, valores (N = 13) (i. e. P13:

Para mim uma boa mãe é aquela que consegue assumir a responsabilidade de ter em cargo uma pessoa dependente desta mãe e que ela terá que educar, e fazê-la da melhor forma possível para que a criança tenha um desenvolvimento saudável. Uma mãe que dá amor, carinho, está presente a incuti-la valores e formá-la como um ser humano, cuidar da saúde. Ter a consciência que esta criança será no futuro aquilo que tu como mãe ou pai, lhe ensinar no agora e ao longo da vida desta criança, embora sabemos que ninguém é perfeito, mas saber transmitir valores e conceitos básicos, não matar, não roubar, respeitar os outros).

Relativamente às características que um bom pai/mãe não possui (14; 15), a maioria dos participantes identificaram a impulsividade, negligência (N = 14), ausência de consistência na educação (N = 13), falta de afetividade e agressividade (N = 9) (i. e. P9: *Não deve ter sentimentos de raiva, ódio e de agressividade; irresponsabilidade; desinteresse; negligência; violência; P3: Não saber impor limite. Uma boa mãe deve saber impor limites aos filhos, e não deixarem serem controladas pelos filhos...*).

Função dos pais

Segundo os participantes, cabe aos pais educar os filhos de forma a que estes consigam ser autonomamente independentes (N= 10), fornecer suporte parental quer a nível da educação, proteção e cuidado, quer a nível psicológico, quer a nível físico (N = 14), e saber moldar os filhos no sentido de acentuar as influências negativas de uma sociedade machista, transmitindo bons exemplos aos filhos (N = 2) (i.e., P7: *acredito que o pai tem a mesma função que a mãe. Mas acredito que numa sociedade machista, o pai deve ainda ter atenção nos exemplo e valores impostos aos filhos, para que aprendam de melhor forma como tratar os outros e como serem tratados*). Relativamente às mães, os participantes acrescentam ainda, a função de moldar os filhos no sentido de se tornarem autoconfiantes, promovendo melhores estratégias de

coping (N= 4) (i.e., P13: Função de uma boa mãe é criar o filho de forma que mais tarde ele possa seguir a vida sozinho, de forma autónoma. Fortalecer a autoestima, potencializar o seu melhor, dar todas a ferramentas para que ele possa seguir a vida autonomamente).

Parentalidade em contexto de migração

Determinantes da parentalidade

Quando abordados especificamente sobre a parentalidade em contexto de migração, os participantes salientaram a adaptação e apoio no país de acolhimento, como principais fatores determinantes da parentalidade em contexto de migração. Os participantes relacionaram positivamente a capacidade de adaptação dos pais (N = 9), o apoio formal e informal no processo de adaptação dos pais e dos filhos (N =10), com uma melhor experiência de parentalidade em contexto de migração (*i.e. P7: eu acho que seria a capacidade dos pais em adaptar-se no país de acolhimento, e na capacidade de auxiliarem os filhos nesse processo de adaptação e inserção, e ainda saber lidar com as diferenças e ajudarem os filhos, também nesses aspetos*). Mais da metade relataram ainda a qualidade de relação e tempo disponibilizado entre pais e filhos (8; 12), destacando a importância da qualidade dos laços e da afetividade entre pais e filhos, referindo a ausência dos mesmos uma vez que os pais não têm tempo para estarem com os filhos (*i. e. P10: Precisam de tempo da qualidade com os pais*). Metade dos participantes destacaram o contexto escolar dos filhos e o trabalho dos pais (7; 9), na qual realçaram a importância e a influência da qualidade e condições de trabalho (N = 7) (*i.e. P1: Os pais migrantes, trabalham por muitas horas e normalmente em situações precárias, e acabam por ficar sem tempo ou disposição para estarem com os filhos uma vez que estão sempre cansados*), e da qualidade e ambiente do estabelecimento de ensino frequentado pelos filhos (N = 5). Alegaram os cuidados a ter relativamente às diferenças culturais e raciais

nos estabelecimentos de ensino (i. e. *P7: é preciso profissionais competentes quer nas creches como nas escolas, capazes de perceberem as diferenças entre os alunos e assim ter mais atenção àqueles com maiores dificuldades, e claro devem exercer a profissão livre de valores*). Segundo os participantes, a qualidade e o ambiente do contexto escolar e do trabalho dos pais influenciam diretamente no comportamento dos pais e das crianças, estando relacionados positivamente com a qualidade da parentalidade em contexto de migração (i.e., *P1: Desde a cresce, escola, podem influenciar o desenvolvimento. Eu tive muitos problemas com a minha filha na cresce. Não sei se posso dizer que é racismo, mas faziam diferença claramente entre a minha filha e os outros*).

Embora em menor número, alguns participantes salientaram as condições socioeconómicas dos pais (6; 7), a cultura do país de origem e do país do acolhimento (6; 6), e o ambiente social e familiar (3; 6) como fatores determinantes da parentalidade em contexto de migração. Estes realçaram a importância das condições socioeconómica dos pais, dado que a qualidade de vida no país de acolhimento, a disposição emocional dos pais, e o tempo dedicado aos filhos, estão fortemente ligados às condições financeiras da família (i. e. *P10: Dificuldades financeiras, o que irá exigir que os pais imigrantes trabalhem por muitas horas e normalmente em situações precárias, acabando por ficar sem tempo ou disposição para estarem com os filhos, porque estão sempre cansados*).

Tratando-se da cultura do país de origem e do país do acolhimento, afirmaram que as semelhanças/diferenças entre duas culturas poderão influenciar diretamente na adaptação da família ao país de acolhimento (N = 5), e nas práticas parentais a serem utilizadas pelos pais (N = 6). Referiram, que a parentalidade neste contexto, exige da família uma boa capacidade de resiliência para uma melhor adaptação (i. e. *P7: Muitas vezes temos a questão da língua, que embora em Cabo verde a língua oficial seja o português, usamos maioritariamente o crioulo, o que poderá originar algumas dificuldades nas crianças em perceberem e se expressarem de*

melhor forma. É preciso estar muito atento ao desenvolvimento do filho e perceber se a criança está ou não a se adaptar bem, se não sofre bullying nem racismo).

Concomitantemente, é ainda salientado, o ambiente social e familiar como determinante, dado que os participantes consideram importante o suporte familiar, um ambiente seguro, onde as crianças possam aprender estratégias de *coping* positivas (i. e. *P3: um bom ambiente familiar, um bom exemplo. Mesmo que a relação entre o casal não está bem os pais devem transmitir segurança aos filhos, para não desenvolver posteriormente problemas com confiança, agressividade. Porque as crianças aprendem imitando os outros por isso um bom exemplo é essencial*).

Quando questionados sobre as maiores dificuldades dos pais migrantes (13; 17), os participantes salientaram a ausência do suporte familiar, as condições de trabalho e as burocracias relativamente ao S.E.F. (i.e., *P7: na minha opinião a maior dificuldade está relacionado com a documentação, que muitas vezes demora a sair e acabamos por ter mais dificuldades em trabalhar. E também o facto de não termos um apoio da família no país de acolhimento*).

Caraterísticas dos pais migrantes

A maioria dos participantes salientaram que as principais características dos pais migrantes são a resiliência, a força de vontade (N = 14), a coragem (N = 10) e a garra (N = 2) (i.e., *P13: Por experiência própria considero-os como educadores com uma grande capacidade de resiliência e de coragem. Não é fácil criar os filhos longe das nossas raízes, muitas vezes com tão pouca retaguarda familiar. Educar por si só não é uma tarefa fácil, nestas condições ainda mais complicado se torna*).

Relativamente a características que estes pais não possuem, os participantes assumiram que muitas vezes os pais imigrantes são ausentes (N = 14), irresponsáveis (N = 3) e não têm

disposição suficiente para se dedicarem como deveriam aos filhos (N = 8) (i. e. *P5: Por vezes tornam-se um bocado distantes emocionalmente e possuem menos disponibilidade para passar tempo de qualidade com os filhos, por terem que passar maior parte do tempo a trabalhar*).

Quanto às funções destes pais, a maioria dos participantes referem o suporte social, boa capacidade de comunicação para melhor conhecer os limites e as dificuldades dos filhos para melhor auxílio na adaptação e integração ao contexto de migração (N = 13). Salientam que estes pais têm a função não só de cuidar dos filhos no dia a dia, como também na promoção de competências de resolução de problemas, na autonomização da criança, no suporte, no cumprimento de regras sociais, do respeito pelos outros e pelos limites da interação ao longo do processo de socialização (i.e. *P14: Eu considero que suporte parental na adaptação, nas tarefas escolares, a promoção de competências de resolução de problemas constitui uma área de extrema importância para a autonomização crescente da criança*).

Desenvolvimento saudável de uma criança

Tratando-se do desenvolvimento saudável de uma criança (14; 41), os participantes salientaram como determinantes os fatores ambientais (N = 10), grau de escolaridade (N = 6), condições financeiras (N = 14), estratégias de *coping* e história de vida dos pais (N = 14). Acrescentaram ainda as práticas parentais utilizadas pelos pais e características pessoais da criança (N = 8) (i. e. *P14: Os fatores que influenciam o desenvolvimento de uma criança, são a personalidade da criança, o ambiente onde a família está inserida, a motivação dos pais, o grau de conhecimento e compreensão dos pais, os recursos que os pais devem ter como: competências parentais e recursos matérias*). Para os participantes as crianças saudáveis, apresentam um bom desenvolvimento cognitivo e físico (N = 13), e competências sociais tendo em conta a faixa etária (N = 12), (i.e., *P11: Uma criança que de acordo com a sua faixa etária consegue acompanhar uma evolução normativa, uma criança educada, e que tenha uma boa saúde que*

embora nem sempre isso depende de nós. Uma criança que saiba fazer aquilo que é esperado na sua idade).

Quanto às características das crianças filhos dos pais migrantes (13; 25), grande parte dos participantes afirma que as crianças são resistentes ao preconceito (N = 13), ricas em abundância cultural (N = 5), (i. e. *P13: Uma criança por vezes com misturas de culturas, linguagem. Poderá ser uma mais-valia para mesma. Contudo vai depender da forma como lhe foi incutido. A adaptação do seu educador, mais uma vez vai influenciar todo o processo*). Acrescentam também que, estas crianças muitas vezes sofrem consequências da migração assim como a solidão e a carência devido à ausência do suporte familiar, e consequentemente são crianças mais exigentes a nível da atenção e cuidado por parte dos educadores (N = 10), (i. e. *P8: Se calhar são crianças um pouco carentes, porque pais quase nunca têm tempo. Mesmo a nível familiar são mais carentes porque na maioria das vezes não têm cá avos, tios, primos, etc. e quando esta criança vê as outras com os avos por exemplo ficam a perguntar o porquê de eles não terem avos*).

Sistema de apoio a parentalidade no contexto de migração

De uma forma geral, os participantes relataram um conjunto de dificuldades (14; 30), tratando-se do sistema de apoio aos migrantes, com maior foco na burocracia em termos da regularização da documentação, ressaltando principalmente o tempo de espera para receber o título de residência (N = 14), e as burocracias exigidas pelas instituições de apoio (N = 13). Para os participantes, o atendimento é desadequado e desrespeitoso (N = 14), e que, muitas vezes são transmitidas informações enganosas no atendimento das instituições de apoio (N = 10) (i.e., *P1: instituições que supostamente deviam nos apoiar deixam muito a desejar. Como por exemplo centro de emprego, segurança social, Sef. É muito mais fácil receber apoios de instituições não-governamentais do que as governamentais, têm menos burocracia. Já me de*

entregar os documentos no Sef, e depois ligaram-me a pedir para que eu enviasse outra vez porque perderam, na era digital). Especificamente aos apoios direcionados à parentalidade em contexto de migração, a maioria dos participantes reforçam que as dificuldades acima referidas pesam no exercício da parentalidade (14; 21), (i.e. *P6: para mim o maior problema é o Sef que demora a nos entregar o título e acaba nos privando de muitos outros apoios, nomeadamente na segurança social com os abonos parentais*).

Tratando-se de aspetos positivos (13; 23) no sistema de apoio aos migrantes, a maioria dos participantes expressaram satisfação a nível da saúde, por ser bastante acessível (N = 10). Demonstraram ainda, satisfação relativamente aos apoios, destacando o abono da segurança social (N = 13), acessoria jurídica para tratar assuntos relacionados com a documentação (N = 5), apoios formais e informais (alimentação, roupas, procura de emprego) (N = 12) (i. e., *P5: Disponibilização de diferentes postos para obtenção de documentos e alguns apoios financeiros prestados as famílias mais necessitadas como o abono da segurança social, o sistema de saúde quase gratuito, as ajudas nos bancos alimentares, ajuda de roupas nas juntas de freguesia*). A satisfação com o sistema de saúde também é reforçada quando se refere ao apoio à parentalidade em contexto de migração (i. e. *P12: Com o acompanhamento gratuito na maternidade, com informações, com formações sobre a parentalidade*), e os apoios (i.e., *P13: Existem várias IPSS's ativas no terreno que ajudam com apoio jurídico, alimentar e peculiares, procura ativa de emprego... que ajudam a potencializar uma parentalidade de qualidade*). Em torno de otimização dos apoios disponibilizados (14; 17), todos os participantes sugeriram uma diminuição no tempo de espera para o título de residência e menos burocracia relativamente à empregabilidade e nos serviços de apoio (i.e., *P12: Seria necessário uma maior organização e melhores estratégias para a renovação do título, para que não demorasse tanto tempo*). Também, consideraram útil uma melhor formação dos profissionais que trabalham no sistema de apoio, direcionada e sensibilizada para o contexto da migração,

tendo em conta as diferenças culturais, tornando-os mais capacitados para este cargo, para uma melhor gestão e atendimentos nestes serviços (i.e., *P5: em contexto de parentalidade mudaria a maneira como as crianças são inseridas na sociedade no sentido em que não há um esforço para se tentar perceber como a cultura dos pais moldou a criança e nesse sentido não há continuação da mesma em contexto escolar por exemplo*).

Discussão

O presente estudo tinha como objetivo explorar as perceções e crenças de pais e mães Cabo-verdianos, imigrantes em Portugal, relativamente à parentalidade, mais especificamente, explorar as representações sobre a parentalidade no contexto de migração, o desenvolvimento das crianças/jovens e o papel do sistema de apoio no ajustamento individual e familiar.

No que concerne aos resultados encontrados em torno das crenças e perceções de pais e mães Cabo-verdianos imigrantes em Portugal, relativamente à parentalidade, destacam-se os fatores determinantes da parentalidade no geral e em contexto de migração. De encontro com a literatura, os discursos dos participantes relacionam a parentalidade com os seguintes fatores explicativos: o fator socioeconómico, a história de vida e as características dos pais, características das crianças, fatores ambientais e qualidade da relação conjugal.

Especificamente para o contexto de migração, os resultados acrescentam ainda o fator adaptação ao país de acolhimento e a cultura do país de origem e do país de acolhimento. De acordo com os resultados, o nível socioeconómico dos pais, determina a qualidade dos cuidados básicos, qualidade de educação, da saúde e dos laços afetivos. Em concordância com Dearing (2008), os participantes relacionaram o baixo nível socioeconómico a uma parentalidade negativa, apontando maior uso de práticas parentais negligenciadas (i.e., ausência) (Cyr, Euser, Bakermans-Kranenburg, & Ijzendoorn, 2010; Brás, 2008). A situação económica pode afetar de forma negativa a parentalidade e o desenvolvimento das crianças,

independentemente da etnia. A pobreza está associada a irritabilidade, falta de autocontrole dos pais e práticas mais disciplinares (Kotchick, & Forehand, 2002).

Referindo-se aos fatores ambientais, os resultados salientam todas as dimensões do modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), na qual assumem que o contexto social tem influências diretas e indiretas na parentalidade, identificando o microsistema (i.e., escola), o mesossistema (e.g., ambiente familiar), o exossistema (i.e., comunidade) e macrosistema salientando os determinantes culturais. No contexto de migração, os resultados reforçam ainda, a importância do microsistema, destacando os cuidados a ter relativamente às diferenças culturais e raciais e a qualidade dos estabelecimentos de ensino. Acrescentando as condições trabalhista dos pais, que muitas vezes dificultam em termos de organização do tempo para estarem com os filhos, causando falta de afetividade (i.e., distancia emocional), e ausência de apoio parental (i.e., ausência) (Teixeira, 2014), uma vez que os pais imigrantes não têm disponibilidade para passar tempo de qualidade com os filhos por serem “obrigados” a trabalharem por muitas horas. A qualidade e o ambiente destes fatores estão relacionados positivamente com a qualidade da parentalidade em contexto de migração, influenciando diretamente no comportamento dos pais e das crianças. Relativamente ao mesossistema, os participantes consideram crucial para parentalidade em contexto de migração, o suporte familiar, um ambiente seguro, onde as crianças possam desenvolver estratégias de *coping* positivas.

Em concordância com Belsky e Jafee (2006), os participantes consideraram o histórico de vida e as características dos pais um fator determinante crucial (Silva & Vieira 2018), sendo que os pais têm muita tendência a transmitir a educação que receberam dos pais, salientando assim, o componente intergeracional. Para Belsky e Jafee (2006), a personalidade dos pais irá determinar as práticas parentais, na qual dependem do modo como os pais sentem, pensam, e como agem. Os resultados apontam que as características da criança também é um fator

explicativo da parentalidade, na medida que as dinâmicas e as práticas parentais são determinandas pelas características das crianças. Estes resultados corroboram a premissa dos estudos realizado por Huh, Tristan, Wade, & Stice (2006), de que um temperamento difícil por parte dos filhos, tende a suscitar nos pais um comportamento menos responsivo, com maior hostilidade e, com menor sensibilidade às necessidades da criança (Pinheiro 2015; Barroso & Machado, 2010). Em contrapartida Belsky (1984), Belsky (1997), Bell (1979), Maccoby (2002), e Zornig (2016), sugerem que esta relação é bidirecional, na qual as características da criança por si só, não influenciam a parentalidade, mas sim a compatibilidade entre as características da criança e dos pais, num contexto específico de socialização.

Os resultados relacionam ainda a qualidade da relação entre os pais, à qualidade de vida do casal, ao estado emocional dos pais, com a qualidade do exercício da parentalidade. Visto que casais que vivenciam situações de hostilidade e de interações conflituosas, podem desenvolver um ambiente incerto e não-estruturado para a criança, sendo que a negatividade da agressão conjugal pode expandir-se para a relação parental.

Relativamente ao contexto de migração os participantes acrescentam ainda como fatores determinantes a adaptação ao país de acolhimento e a cultura do país de origem e do país de acolhimento. Estes resultados corroboram com os de Teixeira (2014), na qual os imigrantes têm obstáculos acrescidos no exercício da parentalidade, dado que esta varia conforme o nível de adaptação das famílias no país de acolhimento. Pois quando se emigra, é preciso adaptar aos novos códigos de conduta social, e as diferenças culturais ao nível da parentalidade, o que pode condicionar as práticas educacionais, os sistemas de crenças e os padrões de interação de pais e filhos. Os discursos em relação à cultura do país de origem e do país do acolhimento resultados vão de encontro com os estudos do Ogbu (1995), pois a cultura do país de origem afeta o comportamento parental definindo as competências e as práticas parentais, que são consideradas necessárias para a sobrevivência e sucesso numa determinada

cultura. E muitas vezes estas práticas são transmitidas culturalmente de geração em geração, tornando visível o impacto da transmissão intergeracional (Mayerfield & Mowder, 2012). No entanto, a cultura do país de acolhimento também poderá influenciar, sendo a parentalidade vista e definida em prol da cultura em que se insere (Marin *et al.*, 2013). No contexto de migração as práticas parentais poderão ser adaptadas em função da disponibilidade dos recursos ambientais, permitindo o desenvolvimento de competências, das práticas educativas parentais a adotar para alcançar com sucesso os comportamentos infantis, culturalmente privilegiados no país de acolhimento (Barroso & Machado, 2010).

Relativamente às funções da parentalidade, no geral os resultados vão de encontro com literatura, na qual apontam para suporte parental, promoção de autonomia dos filhos, proteção e cuidado, fundindo-se com as funções parentais descritas na literatura de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência e saúde; satisfazer as necessidades de compreensão cognitivas das realidades extrafamiliares; satisfazer as necessidades de afetos, confiança e segurança; satisfação das necessidades de interação social e de integração no meio familiar e na comunidade; disponibilizar de um mundo físico organizado e previsível, para um melhor desenvolvimento da criança (Cruz 2014).

Para um desenvolvimento saudável, salientaram a importância dos fatores ambientais, grau de escolaridade, condições financeiras, estratégias de *coping* e história de vida dos pais. Crianças que experienciam relações seguras com os pais tendem a experimentar relacionamentos positivos e gratificantes. Em contrapartida crianças que experienciam relações inseguras esperam vivenciar relações negativas e insatisfatórias (Pratas, et al 2017). Uma criança saudável apresenta uma boa capacidade quer a nível físico quer a nível psicológico, de interagir e reagir, às tarefas do dia a dia, tendo em conta a faixa etária da criança. Os resultados somam ainda que as crianças filhos de pais migrantes embora as vezes possam ser carente a nível de

suporte parental e afetividade como referido anteriormente, possuem uma boa capacidade de resiliência e diversidade cultural.

Tratando-se do papel do sistema de apoio no ajustamento individual e familiar, quer no para os migrantes no geral, quer no apoio a parentalidade para migrantes, os resultados transmitem algumas dificuldades que vêm reforçar os resultados do estudo de Malheiros e Esteves (2013). As maiores dificuldades se prendem principalmente à burocracia dos serviços no quadro dos processos de aquisição e regulação de documentos e dos serviços de apoio, e adaptação no mercado de trabalho. Porém, estes participantes consideraram os serviços de apoio a migrantes quer no geral, quer no contexto da parentalidade, de grande utilidade. Contudo a população Cabo-Verdiana migrante em Portugal são representativos das populações que apresentam melhor capacidades de integração.

Em termos de limitações, uma vez que os pais sabem que estão a ser observados tendem a agir consoante aquilo que acham mais aceite perante o entrevistador pois (Teixeira, 2014). Consideram-se ainda como limitações deste estudo, a dificuldade dos participantes em termos de disponibilidade para o efeito, condicionando assim a recolha dos dados. Sugere-se, então, investigações futuras relativamente ao contacto dos imigrantes com outras culturas, pois grande parte da cultura é transmitida pela proximidade e interinfluência.

Contudo será importante continuar esta linha de estudo, no sentido de aprofundar as conceções acima mencionadas ou, até, estudar outras variáveis, que possam explicar a forma como estes pais interpretam e constroem as suas atitudes em torno da parentalidade, parentalidade no contexto de migração e do sistema de apoio a migrantes.

Referências Bibliográficas

Almeida, B. L. (2015). Parentalidade e a sua avaliação: Contributo para a validação do Inventário sobre Parentalidade de Adultos e Adolescentes (Versão 2), para a população portuguesa (Dissertação de Mestrado). Universidade de Lisboa, Portugal.

Bäckström, B., & Castro-Pereira, S. (2012). A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20 (38), 83-100. <https://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852012000100006>

Barroso, R. G. & Machado, C. (2015). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. In Vidigal, M. C. S. (2015) (Eds.), *Fundamentos da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil: parentalidade em foco* (16-29). Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil.

Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52 (1), 211-229. DOI: 10.14195/1647-8606_52-1_10

Belsky, J. (1984). The determinants of Parenting: A Process Model. *Child Development*, 55 (1), 83-96. DOI: 10.2307/1129836

Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2006). The multiple determinants of parenting. *Developmental Psychopathology*, 38-85. DOI: 10.1002/9780470939406.ch2

Brás, P. M. F. (2008). Um olhar sobre a parentalidade (estilos parentais e aliança parental) à luz das transformações sociais atuais (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press. Disponível em: https://khoerulanwarbk.files.wordpress.com/2015/08/urie_bronfenbrenner_the_ecology_of_human_developbokos-z1.pdf

- Cruz, O. (2014). Temas de Direito da Família e das Crianças: Que parentalidade? Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/118460/2/308787.pdf>
- Custódio, S., & Cruz, O. (2008). As representações mentais das crianças acerca das figuras parentais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (4), 393-405. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000400002>
- Cyr, C., M. Euser, E. M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Ijzendoorn, M. H. V., 2010. *Attachment security and disorganization in maltreating and high-risk families: A series of meta-analyses. Development and Psychopathology* 22 (pg 87–108). Cambridge University Press. Doi:10.1017/S0954579409990289
- Ferro, C. A. T. (2012). Relações entre Fatores de Risco e Necessidades das Famílias (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Educação e Ciências. Lisboa.
- Flash, K., Lobo, B. O. M., Potter, J. R. (2011). As práticas educativas na família e a importância da presença parental. Recuperado a 2 de setembro de 19, de <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0276.pdf>
- Herbert, S. C. T. (2012). Imigração, Rituais e Identidade: Estudo Exploratório com descendentes de imigrantes Cabo-Verdianos (dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências Humanas, Instituto de Ciências da Família de Lisboa, Portugal.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting: an introduction. In M. Hoghugh, & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: theory and research for practice* (p.1-18). London: Sage. Acedido em: https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=idNLe4mTFZkC&oi=fnd&pg=PP1&dq=parenting:+an+introduction+2004&ots=EKVv2CC36j&sig=aRwUVBXSrGsbCdIQx05wDiddONc&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.
- Kobarg, A. P. R., Sachetti, V. A. R., & Vieira, M. L (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Journal of Human Growth and Development*, 16(2), 96-102.

Recuperado em 22 de agosto de 2019, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000200010&lng=pt&tlng=pt.

Kotchick, B.A. & Forehand, R. (2002). *Journal of Child and Family Studies* 11: 255. <https://doi.org/10.1023/A:1016863921662>.

Lopes, A. C. T. (2012). *As estratégias mobilizadas pelos migrantes Cabo-Verdianos em Portugal no atual contexto da crise (Dissertação de Mestrado)*. Instituto de Geografia e ordenamento do território. Universidade de Lisboa, Portugal.

Maccoby, E. E. (2002). Parenting and its effects on children: On Reading and Misreading Behavior Genetics. *Annual Review of Psychology*, 51 (1), 1-27. DOI: 10.1146/annurev.psych.51.1.1

Malheiros, J. M.; Esteves, A. (2013), diagnóstico da população imigrante em Portugal. Desafios e potencialidades. Lisboa.

Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. O., Silva, I. M., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29 (2), 123-132. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000200001>

Martinelli, S. C., & Matsuoka, E. C. A. (2018). Um estudo sobre práticas e crenças parentais e o desempenho em escrita de crianças. *Educar em Revista*, 34(69), 261-276. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.54291>.

Martins, A. F. S. F. (2016). *Pelas encruzilhadas da parentalidade: crianças e jovens de risco, famílias arriscadas? (Dissertação de Mestrado)*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.

Mayerfield, M., & Mowder, B. (2012). *Parenting Perceptions and Adult Attachment: An Exploration of Intergenerational Aspects of Parenting*, ProQuest Dissertations and Theses.

Monteiro, L., Torres, N., Veríssimo, M., Costa, I. P., & Freitas, M. (2015). Análise fatorial confirmatória do questionário “O Papel do Pai” numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise Psicológica*, 33(1), 113-120. <https://dx.doi.org/10.14417/ap.998>

Natividade, J. & Hutz, C. (2015). Escala Reduzida de Descritores dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade: Prós e Contras. *Psico* 46 (1), 79-89. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.1.16901>.

Ogbu, J. U. (1981). Origins of Human Competence: A Cultural-Ecological Perspective. *Child Development*, 52 (2), 413-429. DOI: 10.2307/1129158

Pinheiro, M. A. F. M. (2015). Parentalidade, Adaptação e Temperamento da Criança: estudo com uma amostra clínica de crianças em idade escolar. Mestrado Integrado em Psicologia. universidade de Lisboa.

Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, 8 (16), 57-80. Recuperado em 12 de agosto de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000200004&lng=pt&tlng=pt.

Pratas, A., Eiras, J., Ribeiro, E. J., & Cordeiro, L. (2017). A par e passo com a família: a importância da educação parental para os técnicos que intervêm junto de famílias multidesafiadas. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8:1.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2017). Relatório de imigração, fronteiras e asilo. Lisboa: SEF

Silva, M. L. I., & Vieira, M. L. (2018). Relações entre a parentalidade e a personalidade de pais e mães: uma revisão integrativa da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 361-383. Recuperado em 18 de setembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100020&lng=pt&tlng=pt.

Teixeira, C. S. S. (2014). Concepções sobre a parentalidade de pais e mães de origem Cabo-Verdiana a residir em Portugal (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Veiga, S. M. M. C. (2012). Os Emigrantes Cabo-verdianos em Portugal: Identidade construída (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade nova de Lisboa, Portugal.

Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42 (2), 453-470. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010

Anexos

Anexo B

Questionário Sociodemográfico

1. Sexo

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

2. Idade

3. Nacionalidade

- ☐ Portuguesa
- ☐ Outra: _____

4. Distrito/Região de Residência

- ☐ Aveiro
- ☐ Beja
- ☐ Braga
- ☐ Bragança
- ☐ Castelo Branco
- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Faro
- ☐ Guarda
- ☐ Leiria
- ☐ Lisboa
- ☐ Portalegre
- ☐ Porto
- ☐ Santarém
- ☐ Setúbal

- ☐ Viana do Castelo
- ☐ Vila Real
- ☐ Viseu
- ☐ R.A. Açores
- ☐ R.A. Madeira

5. País onde nasceu

- ☐ Portugal
- ☐ Outro: _____

5.1 Se outro, há quanto tempo reside em Portugal?

(Aproximadamente, especificando meses e/ou anos)

6. Estado civil

- ☐ Solteiro/a
- ☐ Casado/a
- ☐ Divorciado/a
- ☐ Viúvo/a

7. Tem filhos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8.1 Se sim, quantos filhos tem?

8.1 Qual a idade do/s seu/s filho/s?

(Para cada filho, especificar anos e/ou meses)

8. Último grau académico concluído

- ☐ 1º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)
- ☐ 2º Ciclo do Ensino Básico (6º ano)
- ☐ 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- ☐ Secundário
- ☐ 1º Ciclo do Ensino Superior / Licenciatura
- ☐ 2º Ciclo do Ensino Superior / Mestrado
- ☐ 3º Ciclo do Ensino Superior / Doutoramento
- ☐ Outra: _____

9. Condição escolar/profissional atual

- ☐ Trabalhador/a
- ☐ Trabalhador/Estudante
- ☐ Outro (especificar) _____

10.1 Se trabalhador-estudante, qual o ciclo de estudos que frequenta atualmente?

- ☐ 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano)
- ☐ Secundário
- ☐ 1º Ciclo do Ensino Superior / Licenciatura
- ☐ 2º Ciclo do Ensino Superior / Mestrado
- ☐ 3º Ciclo do Ensino Superior / Doutoramento
- Outra: _____

10.2 Se trabalhador-estudante, qual o curso que frequenta atualmente?

10.3 Quais as suas atividades/funções profissionais atuais?

11. Serviços que recorreu/obteve apoio no processo de migração

- Instituto de Segurança Social
- Comissão de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Tribunal
- Gabinetes/Centros locais de apoio à Migração
- Gabinetes de Acção Social (e.g., Juntas de Freguesia, Câmaras municipais)
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)
- Conselho Português para os Refugiados
- Outro (especificar) _____

Anexo B

Entrevista sobre Percepções acerca da Parentalidade em Contextos de Migração

Nota introdutória:

O objetivo da entrevista é explorar questões relacionadas com as suas percepções sobre a parentalidade e o desenvolvimento de crianças e jovens à luz da sua experiência pessoal.

Não existem respostas certas ou erradas.

A entrevista será orientada por um conjunto de questões abertas e, nesta sequência, solicitamos que nos dê informação o mais pormenorizada possível. Prevê-se uma duração aproximada de 60 minutos.

A entrevista será gravada e a informação que nos transmitir será voluntária, com a garantia de confidencialidade e anonimato.

Notas gerais ao entrevistador:

O entrevistador/a deve remeter sempre as questões formuladas para a experiência pessoal do participante e, sempre que necessário, clarificar o que se pretende das questões.

Sempre que se mostre necessário/relevante, o entrevistador/a deve solicitar clarificação da informação fornecida pelo participante (*“pode explicar-me melhor?”*; *“pode dar-me um exemplo?”*).

Secção	Questões	Memória
A. Parentalidade em contexto de migração		

A1. Concetualização da qualidade da parentalidade	1. De acordo com a sua experiência pessoal, como definiria uma “boa mãe”? e um “bom pai”? 1.1. Que caraterísticas/atributos lhe vêm à cabeça quando pensa numa “boa mãe”? E quando pensa num “bom pai”? 1.2. E quais as caraterísticas/atributos que uma “boa mãe” não tem? E que um “bom pai” não tem? 1.3. Que funções cumpre uma “boa mãe”? (o que é que ela “faz/cumpre na vida da criança”)? 1.4. Que funções cumpre um “bom pai”? (o que é que ele “faz/cumpre na vida da criança”)?	* primeiro perguntar pela mãe, e só depois do participante responder sobre a mãe, perguntar pelo pai. Se o participante responder que são as mesmas, questionar diretamente “há alguma caraterística ou atributo específico?”
A2. Fatores explicativos da parentalidade	2. Pensando no facto de a parentalidade ser complexa, quais é que acha que são os fatores que influenciam a parentalidade e de que forma (i.e., as práticas parentais)? 2.1. De que forma é que as características individuais dos pais e a sua história de vida podem influenciar a parentalidade? 2.2. De que forma é que as características individuais da criança/jovem podem influenciar a parentalidade? 2.3. De que forma é que o contexto/ambiente onde a família se insere pode influenciar a parentalidade? 2.4. No geral, o que acha que favorece uma parentalidade de qualidade? (i.e., o que é que influencia o ser “boa mãe” ou “bom pai”)?	*Se o participante não explicar espontaneamente, clarificar “Que fatores sociais e contextuais podem facilitar ou constranger a parentalidade?”

A3. Percepções sobre parentalidade em contexto de migração	3. Pensando em pais e mães que vivem num país que não o seu, como os descreveria? 3.1. Que características/atributos lhe vêm à cabeça quando pensa nessas mães. E nesses pais? 3.2. Na sua opinião, há atributos/caraterísticas que estas mães não têm? Se sim, quais? 3.3. Na sua opinião, há atributos/caraterísticas que estes pais não têm? Se sim, quais? 3.3. Que papel estas mães podem ter no processo de crescimento dos filhos nestas condições (ex., funções, atividades, responsabilidades)? 3.4. Que papel estes pais podem ter no processo de crescimento dos filhos nestas condições (ex., funções, atividades, responsabilidades)? 3.5. O que influencia mais a parentalidade em contexto de migração? 3.6. Quais as principais dificuldades no exercício da parentalidade nestas famílias? 3.8. Em contexto de migração, quais são as competências essenciais das mães que permitam à criança desenvolver-se bem? E dos pais?	* primeiro perguntar pela mãe, e só depois do participante responder sobre a mãe, perguntar pelo pai. Se o participante responder que são as mesmas, questionar diretamente “há alguma característica ou atributo específico?”
B. Desenvolvimento da Criança		
B1. Fatores explicativos do desenvolvimento humano	1. Tomando como referência os seus conhecimentos e a sua experiência, como é que caracteriza uma criança/jovem que se desenvolve “bem”? Como descreveria um desenvolvimento saudável? 1.1. O que pode condicionar/influenciar o bom desenvolvimento de uma criança/jovem? 1.2. O que é que as crianças/jovens precisam para se desenvolverem bem?	

B2. Fatores explicativos do desenvolvimento em contextos de risco	2. Do seu conhecimento e experiência, de que forma é que caracterizaria o desenvolvimento de uma criança/jovem, filha/o de pais migrantes? 2.1. Como descreveria uma criança/jovem, filho/a de pais migrantes? 2.2. O que pode condicionar/influenciar o bom desenvolvimento de uma criança/jovem, filho/a de pais migrantes? 2.3. O que é que as crianças/jovens de famílias migrantes precisam para se desenvolverem bem?	
C. Sistema de Formal de Proteção e apoio		
C1. Perceções sobre o sistema de apoio à Migração	1. O que pensa da forma como as diferentes entidades em Portugal acolhem e apoiam os migrantes? 1.2. Genericamente, que aspetos/dimensões positivas reconhece no sistema de apoio aos migrantes em Portugal? 1.3. Genericamente, que dificuldades/constrangimentos reconhece no funcionamento do sistema de apoio aos migrantes em Portugal? 1.4. Se pudesse alterar a organização ou funcionamento do sistema de apoio à população migrante, o que faria e como?	* O Entrevistador deve remeter para os serviços/as entidades referidas pelo participante no QSD
C2. Perceções sobre o papel do sistema de apoio à Migração na parentalidade	2. Quando pensa em si como mãe/pai, entende que essas entidades apoiam o exercício da parentalidade? Se sim, como? 2.1. De que forma é que os serviços/entidades de apoio à população migrante em Portugal promovem/potenciam uma parentalidade de qualidade (i.e., que inclua as características que enunciou anteriormente)? 2.2. De acordo com a sua opinião e experiência, entende que essas entidades dificultam/limitam o exercício da parentalidade? Se sim, de que forma?	* O Entrevistador deve remeter para os serviços/as entidades referidas pelo participante no QSD

	2.3. Que condições/fatores considera que seriam necessários à melhoria da intervenção destas entidades/serviços para responderem de forma eficaz às necessidades das famílias, nomeadamente ao nível do exercício da parentalidade?	
D. Finalização	1. Há algum aspeto que não tenha sido explorado ao longo da entrevista, mas que gostaria de refletir sobre ele?	